

Reservas devem fechar o ano em US\$ 50 bilhões

Governo pretende manter montante neste ano acima de R\$ 45 bilhões

Empresas-espelho da telefonia vão arrecadar mais US\$ 4 bilhões

São Paulo - O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, disse hoje que o governo quer manter as reservas internacionais ao nível entre US\$ 45 bilhões e US\$ 50 bilhões. Segundo ele, a contribuição de sua área é antecipar o pagamento de recursos das telecomunicações. O governo tem como prioridade equilibrar as despesas com as receitas. Barros disse que haverá uma arrecadação em sua área de US\$ 4 bilhões com a concessão para as empresas-espelho que concorrerão com as empresas de telecomunicações privatizadas, e haverá também a venda dos 25% de ações que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem da Tele Norte Leste.

A concessão de empresas-espelho deverá produzir uma arrecadação para o governo da ordem de US\$ 4 bilhões. As empresas-espelho - que concorrerão com as privatizadas - terão concessão a partir de dezembro. O governo conseguiu, na semana passada, uma antecipação de pagamento de US\$ 3,885 bilhões, de uma dívida de US\$ 5,464 bilhões, por parte das empresas telefônicas Portugal Telecom e Iberdrola, relativo à compra da Telesp. Barros não quis dizer quais as outras empresas realizarão antecipação de pagamento, argumentando que "o segredo é a alma do negócio".

Negociação

Segundo ele, o BNDES é que está negociando com as outras empresas controladoras de companhias de telecomunicações privatizadas. As medidas econômicas a serem anunciadas pelo governo terão discussão política com o atual Congresso, garantiu Barros.

"Não haverá ruptura ou pacotaço". As declarações do ministro foram feitas pouco

antes de votar na 92ª seção do Liceu Eduardo Prado, na zona sul de São Paulo. Segundo Barros, as medidas terão como objetivo equacionar o déficit público. "As negociações com o Congresso devem ser facilitadas pela crise internacional", disse. "O Brasil sempre andou em épocas mais difíceis. Só quando o colesterol bate os 400 é que o cara faz um regime", ironizou.

Segundo Barros, o ideal seria fazer o ajuste do setor público em um momento sem crise, mas há um consenso de que o governo não pode mais continuar gastando mais do que arrecada.

Reformas

O governo dividiu as tarefas para o anúncio das próximas medidas econômicas. Segundo Barros, a sua função é conseguir apresentar "ativos" que possam gerar a antecipação de entrada de recursos externos. Ele não quis comentar as declarações do diretor do Banco Central, Francisco Lopes, publicadas ontem no jornal o "Estado de São Paulo", de que as novas medidas farão com que haja uma arrecadação adicional de R\$ 10 bilhões em impostos. Para o ministro das Comunicações, a sua contribuição será conseguir recursos na área de telecomunicações.

Mendonça de Barros disse que há um consenso sobre a crise internacional e a necessidade de uma queda geral nas taxas de juros. Segundo ele, o que está ocorrendo hoje é uma crise bancária mundial, e não só do Japão, da Indonésia ou da Rússia. As ações dos bancos internacionais já despencaram todas em média 40%, este ano, o que demonstra a gravidade da crise.

Autoridades econômicas consideradas "duras" já declararam a necessidade de uma redução geral nos juros internacionais para acomodar a questão monetária mundial. "O Brasil é parte dessa crise e seu problema está sendo discutido na reunião do Fundo Monetário Internacional", disse ele.

Barros disse confiar que a reforma da Previdência vai ser aprovada ainda este ano. Segundo ele, a reforma está sendo discutida no Congresso há três anos e o que falta agora é o Congresso atual aprová-la. "Existe um consenso da sociedade de que é preciso realizar um ajuste no setor público", disse.